

# SUMÁRIO

## Parte I Introdução

|                                                                                     |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Capítulo 1</b>                                                                   |           |
| <b>DISPOSIÇÕES GERAIS DO LIVRO .....</b>                                            | <b>37</b> |
| 1.1. Divisão didática do livro .....                                                | 37        |
| 1.2. Divisão entre cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial ..... | 39        |

## Parte II Disposições Gerais do Processo Executivo

|                                                            |           |
|------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Capítulo 2</b>                                          |           |
| <b>TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO .....</b>                      | <b>45</b> |
| 2.1. Ação de conhecimento e ação de execução .....         | 45        |
| 2.2. Tutela executiva .....                                | 49        |
| 2.3. Formas de execução: direta e indireta .....           | 51        |
| 2.4. Efetividade da execução .....                         | 53        |
| 2.5. Título executivo .....                                | 56        |
| 2.5.1. Requisitos do título executivo (da obrigação) ..... | 61        |
| 2.6. Tipicidade e atipicidade das medidas executivas ..... | 64        |
| 2.7. Exceção do contrato não cumprido .....                | 79        |
| 2.8. Cumulação de execuções .....                          | 82        |
| <b>Capítulo 3</b>                                          |           |
| <b>PRINCÍPIOS DO PROCESSO EXECUTIVO .....</b>              | <b>87</b> |
| 3.1. Observações gerais .....                              | 87        |
| 3.2. Autonomia .....                                       | 88        |

|                                              |     |
|----------------------------------------------|-----|
| 3.3. <i>Nulla executio sine titulo</i> ..... | 91  |
| 3.4. Tipicidade .....                        | 95  |
| 3.5. Contraditório .....                     | 100 |
| 3.6. Patrimonialidade .....                  | 104 |
| 3.7. Utilidade .....                         | 107 |
| 3.8. Desfecho único .....                    | 108 |
| 3.9. Menor onerosidade .....                 | 111 |
| 3.10. Livre disponibilidade .....            | 114 |

#### **Capítulo 4**

|                                                    |            |
|----------------------------------------------------|------------|
| <b>RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL</b> .....          | <b>119</b> |
| 4.1. Breve histórico .....                         | 119        |
| 4.2. Responsabilidade subjetiva .....              | 121        |
| 4.3. Responsabilidade objetiva .....               | 125        |
| 4.4. Ato atentatório à dignidade da Justiça .....  | 128        |
| 4.5. Fraude à execução .....                       | 133        |
| 4.5.1. Diferença para fraude contra credores ..... | 137        |
| 4.5.2. Procedimento .....                          | 140        |
| 4.5.3. Hipóteses de cabimento .....                | 141        |
| 4.5.4. Efeitos da fraude à execução .....          | 153        |

#### **Capítulo 5**

|                                     |            |
|-------------------------------------|------------|
| <b>PRESCRIÇÃO</b> .....             | <b>155</b> |
| 5.1. Regra geral .....              | 155        |
| 5.2. Prescrição e liquidação .....  | 157        |
| 5.3. Prescrição intercorrente ..... | 160        |

#### **Capítulo 6**

|                                                         |            |
|---------------------------------------------------------|------------|
| <b>LIQUIDAÇÃO</b> .....                                 | <b>167</b> |
| 6.1. Disposições gerais .....                           | 167        |
| 6.2. Legitimidade .....                                 | 171        |
| 6.3. Competência .....                                  | 172        |
| 6.4. A extinta liquidação por cálculos .....            | 174        |
| 6.5. Liquidação por arbitramento .....                  | 175        |
| 6.6. Liquidação pelo procedimento comum .....           | 178        |
| 6.7. Modificação do procedimento .....                  | 180        |
| 6.8. Liquidação de título extrajudicial .....           | 181        |
| 6.9. Liquidação com dano zero e <i>non liquet</i> ..... | 183        |
| 6.10. Honorários advocatícios .....                     | 186        |

## Parte III

### Cumprimento de Sentença

#### **Capítulo 7**

#### **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – PARTE GERAL..... 193**

|                                    |     |
|------------------------------------|-----|
| 7.1. Disposições gerais.....       | 193 |
| 7.2. Petição inicial .....         | 197 |
| 7.3. Competência.....              | 199 |
| 7.4. Intimação do devedor .....    | 204 |
| 7.5. Honorários advocatícios ..... | 210 |
| 7.6. Protesto .....                | 214 |

#### **Capítulo 8**

#### **TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS..... 217**

|                                                                                               |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 8.1. Esboço geral .....                                                                       | 217 |
| 8.2. Decisões de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa..... | 218 |
| 8.3. A decisão homologatória de autocomposição judicial.....                                  | 222 |
| 8.4. Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza ....          | 224 |
| 8.5. Formal e a certidão de partilha.....                                                     | 224 |
| 8.6. Crédito de auxiliar da justiça.....                                                      | 225 |
| 8.7. Sentença penal condenatória transitada em julgado .....                                  | 226 |
| 8.8. Sentença arbitral.....                                                                   | 227 |
| 8.9. Sentença e decisão interlocutória estrangeiras .....                                     | 228 |

#### **Capítulo 9**

#### **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÕES DE PAGAR QUANTIA CERTA ..... 235**

|                                                        |     |
|--------------------------------------------------------|-----|
| 9.1. Disposições gerais.....                           | 235 |
| 9.2. Petição inicial .....                             | 236 |
| 9.3. Intimação.....                                    | 237 |
| 9.4. Prazo para pagamento.....                         | 239 |
| 9.5. Multa pelo não cumprimento da obrigação .....     | 244 |
| 9.6. Pagamento voluntário x pagamento espontâneo ..... | 245 |
| 9.7. Honorários .....                                  | 249 |
| 9.8. Penhora .....                                     | 250 |

#### **Capítulo 10**

#### **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER ..... 253**

|                                           |     |
|-------------------------------------------|-----|
| 10.1. Disposições gerais.....             | 253 |
| 10.2. Tutela específica.....              | 255 |
| 10.3. Resultado prático equivalente ..... | 256 |

|                                                             |     |
|-------------------------------------------------------------|-----|
| 10.4. Procedimento.....                                     | 258 |
| 10.5. Medidas coercitivas.....                              | 260 |
| 10.6. Multa ( <i>astreintes</i> ).....                      | 263 |
| 10.6.1. Aplicação da multa à Fazenda Pública.....           | 271 |
| 10.6.2. Intimação do devedor para incidência de multa ..... | 273 |
| 10.7. Conversão em perdas e danos.....                      | 275 |

### **Capítulo 11**

#### **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÕES DE ENTREGAR COISA CERTA..... 281**

|                                     |     |
|-------------------------------------|-----|
| 11.1. Disposições gerais.....       | 281 |
| 11.2. Algumas especificidades ..... | 282 |

### **Capítulo 12**

#### **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÕES ALIMENTARES..... 285**

|                                                                    |     |
|--------------------------------------------------------------------|-----|
| 12.1. Classificação das obrigações alimentares.....                | 285 |
| 12.2. Legitimados .....                                            | 288 |
| 12.3. Competência.....                                             | 290 |
| 12.4. Procedimentos .....                                          | 291 |
| 12.4.1. Rito da prisão.....                                        | 292 |
| 12.4.2. Rito das obrigações de pagar quantia certa.....            | 298 |
| 12.4.3. Rito da prisão em caso de dívida alimentar pelos avós..... | 301 |
| 12.5. Protesto .....                                               | 306 |
| 12.6. Desconto em folha .....                                      | 307 |

### **Capítulo 13**

#### **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DAS OBRIGAÇÕES CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 309**

|                                                 |     |
|-------------------------------------------------|-----|
| 13.1. Disposições gerais.....                   | 309 |
| 13.2. Legitimidade.....                         | 311 |
| 13.3. Competência.....                          | 314 |
| 13.4. Petição inicial .....                     | 315 |
| 13.5. Procedimento.....                         | 316 |
| 13.6. Honorários advocatícios .....             | 317 |
| 13.7. Sistema de precatórios e RPV.....         | 323 |
| 13.7.1. Precatórios .....                       | 323 |
| 13.7.2. Requisição de pequeno valor (RPV) ..... | 334 |

### **Capítulo 14**

#### **CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA..... 337**

|                           |     |
|---------------------------|-----|
| 14.1. Regras gerais ..... | 337 |
| 14.2. Requisitos .....    | 339 |

|                                                            |     |
|------------------------------------------------------------|-----|
| 14.3. Incidência de multa .....                            | 340 |
| 14.4. Cumprimento provisório incompleto .....              | 341 |
| 14.5. Cumprimento provisório completo.....                 | 342 |
| 14.5.1. Caução .....                                       | 342 |
| 14.5.2. Outras hipóteses .....                             | 343 |
| 14.5.3. Responsabilidade objetiva.....                     | 346 |
| 14.6. Honorários advocatícios .....                        | 348 |
| 14.7. Cumprimento provisório contra a Fazenda Pública..... | 349 |

## **Capítulo 15**

### **IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA..... 353**

|                                                                                                |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 15.1. Disposições gerais .....                                                                 | 353 |
| 15.2. Competência.....                                                                         | 355 |
| 15.3. Prazo da impugnação .....                                                                | 356 |
| 15.4. Impugnação no cumprimento de sentença das obrigações de pagar quantia certa.....         | 357 |
| 15.4.1. Requisitos.....                                                                        | 358 |
| 15.4.2. Matérias de cognição .....                                                             | 358 |
| 15.4.2.1. Falta ou nulidade da citação .....                                                   | 359 |
| 15.4.2.2. Ilegitimidade de parte.....                                                          | 361 |
| 15.4.2.3. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação .                         | 362 |
| 15.4.2.4. Penhora incorreta ou avaliação errônea .....                                         | 364 |
| 15.4.2.5. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....                          | 365 |
| 15.4.2.6. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução..                            | 368 |
| 15.4.2.7. Causa modificativa ou extintiva da obrigação .....                                   | 369 |
| 15.4.3. Coisa julgada inconstitucional .....                                                   | 371 |
| 15.5. Impugnação ao cumprimento nas obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa certa..... | 381 |
| 15.6. Impugnação ao cumprimento contra a Fazenda Pública.....                                  | 383 |
| 15.7. Efeito suspensivo.....                                                                   | 386 |
| 15.8. Procedimento.....                                                                        | 388 |
| 15.9. Honorários .....                                                                         | 390 |

## **Parte IV**

### **Execução de Título Extrajudicial**

## **Capítulo 16**

### **PARTE GERAL..... 393**

|                        |     |
|------------------------|-----|
| 16.1. Introdução ..... | 393 |
|------------------------|-----|

|                                               |     |
|-----------------------------------------------|-----|
| 16.2. Legitimidade.....                       | 395 |
| 16.3. Intervenção de terceiros.....           | 398 |
| 16.4. Competência.....                        | 406 |
| 16.5. Petição inicial .....                   | 407 |
| 16.5.1. Valor da causa .....                  | 412 |
| 16.6. Benefício da gratuidade de justiça..... | 413 |
| 16.7. Citação.....                            | 414 |

## **Capítulo 17**

### **TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS..... 419**

|                                                                               |     |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 17.1. Esboço geral .....                                                      | 419 |
| 17.2. Títulos de crédito .....                                                | 423 |
| 17.3. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor..... | 424 |
| 17.4. Documento particular assinado por duas testemunhas.....                 | 426 |
| 17.5. Contratos eletrônicos .....                                             | 428 |
| 17.6. Instrumentos de transação .....                                         | 430 |
| 17.7. Contrato garantido por direito real de garantia ou por caução .....     | 432 |
| 17.8. Contrato de seguro de vida em caso de morte .....                       | 434 |
| 17.9. Crédito decorrente de foro e laudêmio.....                              | 436 |
| 17.10. Crédito decorrente de aluguel de imóvel e encargos acessórios.....     | 437 |
| 17.11. Certidão de dívida ativa .....                                         | 439 |
| 17.12. Crédito referente às contribuições de condomínio edilício.....         | 440 |
| 17.13. Certidão expedida por serventia notarial ou de registro .....          | 441 |
| 17.14. Contrato de contragarantia.....                                        | 443 |
| 17.15. Demais títulos aos quais a lei atribui força executiva .....           | 444 |

## **Capítulo 18**

### **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - PAGAR QUANTIA CERTA..... 449**

|                                                    |     |
|----------------------------------------------------|-----|
| 18.1. Disposições gerais .....                     | 449 |
| 18.2. Petição inicial .....                        | 451 |
| 18.3. Citação.....                                 | 453 |
| 18.4. Prazo para pagamento.....                    | 455 |
| 18.5. Honorários advocatícios .....                | 457 |
| 18.6. Sanção premial .....                         | 459 |
| 18.7. Averbação da execução.....                   | 460 |
| 18.8. Inscrição no cadastro de inadimplentes ..... | 463 |
| 18.9. Atitudes do executado.....                   | 465 |
| 18.10. Arresto.....                                | 466 |
| 18.11. Fase instrutória.....                       | 467 |

**Capítulo 19**

|                                                                                   |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – FAZER, NÃO FAZER E ENTREGAR COISA .....</b> | <b>469</b> |
| 19.1. Disposições Gerais .....                                                    | 469        |
| 19.2. Obrigações de fazer .....                                                   | 470        |
| 19.2.1. Conversão em perdas e danos .....                                         | 472        |
| 19.3. Obrigações de não fazer .....                                               | 475        |
| 19.4. Obrigações de entregar coisa.....                                           | 476        |

**Capítulo 20**

|                                                                    |            |
|--------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - OBRIGAÇÃO ALIMENTAR.....</b> | <b>479</b> |
| 20.1. Disposições gerais.....                                      | 479        |
| 20.2. Aspectos procedimentais.....                                 | 479        |

**Capítulo 21**

|                                                                |            |
|----------------------------------------------------------------|------------|
| <b>EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – FAZENDA PÚBLICA.....</b> | <b>483</b> |
| 21.1. DISPOSIÇÕES GERAIS .....                                 | 483        |
| 21.2. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS.....                             | 484        |

**Capítulo 22**

|                                                                          |            |
|--------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>EMBARGOS À EXECUÇÃO .....</b>                                         | <b>489</b> |
| 22.1. Disposições gerais.....                                            | 489        |
| 22.2. Legitimidade.....                                                  | 490        |
| 22.3. Competência.....                                                   | 492        |
| 22.4. Prazo de ajuizamento .....                                         | 492        |
| 22.5. Parcelamento da dívida.....                                        | 494        |
| 22.6. Cognição dos embargos.....                                         | 497        |
| 22.6.1. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....  | 498        |
| 22.6.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea.....                      | 500        |
| 22.6.3. Excesso de execução .....                                        | 501        |
| 22.6.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis.....              | 502        |
| 22.6.5. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução .....    | 503        |
| 22.6.6. Matérias passíveis de alegação em processo de conhecimento ..... | 504        |
| 22.7. Efeito suspensivo.....                                             | 505        |
| 22.8. Procedimento.....                                                  | 509        |
| 22.9. Defesas heterotópicas .....                                        | 510        |

## Parte V

### Penhora e Expropriação

#### Capítulo 23

|                                                                                               |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>PENHORA .....</b>                                                                          | <b>515</b> |
| 23.1. Generalidades .....                                                                     | 515        |
| 23.2. Efeitos da penhora .....                                                                | 517        |
| 23.3. Legitimidade, lugar e tempo de realização da penhora.....                               | 520        |
| 23.4. Bens penhoráveis .....                                                                  | 522        |
| 23.5. Ordem legal de penhora .....                                                            | 523        |
| 23.6. Penhora <i>on-line</i> .....                                                            | 526        |
| 23.7. Impenhorabilidade.....                                                                  | 531        |
| 23.7.1. Móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do devedor ..... | 535        |
| 23.7.2. Impenhorabilidade de salário .....                                                    | 536        |
| 23.7.3. Poupança até 40 salários mínimos.....                                                 | 547        |
| 23.7.4. Seguro de vida.....                                                                   | 549        |
| 23.7.5. Pequena propriedade rural.....                                                        | 554        |
| 23.7.6. Impenhorabilidade do bem de família.....                                              | 555        |
| 23.7.7. Hospitais filantrópicos .....                                                         | 559        |
| 23.7.8. Renúncia à impenhorabilidade .....                                                    | 560        |
| 23.7.9. Bens relativamente impenhoráveis.....                                                 | 562        |
| 23.8. Modificação da penhora.....                                                             | 568        |
| 23.9. Substituição do bem penhorado .....                                                     | 571        |
| 23.10. Remição .....                                                                          | 577        |
| 23.11. Avaliação do bem penhorado .....                                                       | 580        |

#### Capítulo 24

|                                                                     |            |
|---------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>MEIOS DE EXPROPRIAÇÃO .....</b>                                  | <b>585</b> |
| 24.1. Concepção geral .....                                         | 585        |
| 24.2. Adjudicação.....                                              | 586        |
| 24.2.1. Legitimidade para adjudicar .....                           | 590        |
| 24.3. Alienação por iniciativa particular .....                     | 596        |
| 24.3.1. Alienação antecipada .....                                  | 601        |
| 24.4. Leilão judicial .....                                         | 603        |
| 24.5. Arrematação.....                                              | 610        |
| 24.5.1. Preço vil .....                                             | 614        |
| 24.5.2. Auto de arrematação.....                                    | 615        |
| 24.5.3. Carta de arrematação .....                                  | 617        |
| 24.5.4. Desfazimento da arrematação – impugnação e desistência..... | 618        |

|                                    |            |
|------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 25</b>                 |            |
| <b>SATISFAÇÃO DO CRÉDITO .....</b> | <b>623</b> |
| <b>25.1. GENERALIDADES .....</b>   | <b>623</b> |
| 25.2. Satisfação direta .....      | 624        |
| 25.2.1. Satisfação indireta .....  | 625        |

## Parte VI

### Defesas Atípicas, Suspensão e Encerramento da Execução

|                                                   |            |
|---------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 26</b>                                |            |
| <b>EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE .....</b>         | <b>629</b> |
| 26.1. Disposições gerais .....                    | 629        |
| 26.2. Cabimento e procedimento .....              | 631        |
| 26.3. Utilidade da exceção diante do CPC/15 ..... | 634        |

|                                                |            |
|------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 27</b>                             |            |
| <b>EMBARGOS DE TERCEIROS.....</b>              | <b>637</b> |
| 27.1. Disposições gerais .....                 | 637        |
| 27.2. Natureza jurídica .....                  | 640        |
| 27.3. Conceito de terceiro. Legitimidade. .... | 643        |
| 27.4. Prazo e termo inicial .....              | 647        |
| 27.5. Requisitos E PROCEDIMENTO .....          | 648        |
| 27.6. Tutela provisória.....                   | 652        |
| 27.7. Sentença e seus efeitos.....             | 653        |

|                                                                   |            |
|-------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 28</b>                                                |            |
| <b>SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO .....</b>                                | <b>655</b> |
| 28.1. Introdução .....                                            | 655        |
| 28.2. Suspensão do processo conforme arts. 313 e 315 do CPC ..... | 658        |
| 28.3. Embargos à execução com efeito suspensivo .....             | 663        |
| 28.4. Inexistência de bens penhoráveis.....                       | 664        |
| 28.5. Falta de licitantes para a arrematação .....                | 666        |
| 28.6. Parcelamento da execução .....                              | 666        |
| 28.7. Convenção das partes .....                                  | 667        |

|                                              |            |
|----------------------------------------------|------------|
| <b>Capítulo 29</b>                           |            |
| <b>ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO.....</b>         | <b>671</b> |
| 29.1. Introdução .....                       | 671        |
| 29.2. Indeferimento da petição inicial ..... | 672        |
| 29.3. Satisfação da obrigação .....          | 673        |

|                                                                      |     |
|----------------------------------------------------------------------|-----|
| 29.4. Obtenção, por qualquer meio, da extinção total da dívida ..... | 674 |
| 29.5. Renúncia ao crédito.....                                       | 676 |
| 29.6. Prescrição intercorrente .....                                 | 677 |
| 29.7. Ato processual de extinção da execução .....                   | 678 |
| 29.8. Execução frustrada.....                                        | 678 |

### **Capítulo 30**

#### **PRIMEIRAS LINHAS SOBRE DESJUDICIALIZAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS DA EXECUÇÃO .....**

**681**

|                                                         |     |
|---------------------------------------------------------|-----|
| 30.1. Desjudicialização da execução .....               | 681 |
| 30.2. Soluções tecnológicas em auxílio à execução ..... | 686 |

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....**

**695**

### **Apêndice**

#### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI QUE TRATA DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO (PL 6204/2019).....**

**711**